

DESAFIOS DA DOCÊNCIA: REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA EM SALA DE AULA

DESAFÍOS DE LA DOCENCIA: REFLEXIONES SOBRE LA PRÁCTICA EN EL AULA

CHALLENGES OF TEACHING: REFLECTIONS ON CLASSROOM PRACTICE

Recebido em: 22/10/2024

Aceito em: 20/11/2024

Publicado em: 28/12/2024

Milena Rosa Araújo Ogawa¹
Universidade Federal do Pampa

Resumo: As Ciências Humanas e Sociais ocupam um papel central no desenvolvimento crítico e reflexivo dos estudantes. Elas fornecem ferramentas para a compreensão do mundo em sua complexidade histórica, cultural, social, econômica e política. Lecionar esses conteúdos, no entanto, é uma tarefa complexa que envolve mais que conteúdo, como também a capacidade de relacioná-lo à vida prática, trazendo significância dos fatos no processo ensino-aprendizagem. A sala de aula de hoje é marcada pela diversidade de contextos, pela presença crescente da tecnologia, como o uso de celulares, *tablets*, *laptops*, e pela busca constante por metodologias inovadoras que nos transportam para dentro de museus e espaços geográficos em todo o mundo. Este texto explora as diversas facetas da didática das Ciências Humanas e Sociais, abordando os desafios do ensino de forma significativa e envolvente tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior.

Palavras-chave: Ciências Humanas e Sociais; ensino-aprendizagem; Educação Básica; Ensino Superior.

Resumen: Las Ciencias Humanas y Sociales juegan un papel central en el desarrollo crítico y reflexivo de los estudiantes. Proporcionan herramientas para comprender el mundo en su complejidad histórica, cultural, social, económica y política. Sin embargo, enseñar estos contenidos es una tarea compleja que involucra no solo el contenido, sino también relacionarlo con la vida práctica, dando significado a los hechos en el proceso de enseñanza-aprendizaje. El aula de hoy está marcada por la diversidad de contextos, la creciente presencia de la tecnología, como el uso de celulares, tabletas y computadoras portátiles, y la constante búsqueda de metodologías innovadoras que nos transportan a museos y espacios geográficos de todo el mundo. Este texto explora las diversas facetas de la didáctica de las Ciencias Humanas y Sociales, abordando los desafíos de enseñarlas de manera significativa y atractiva, tanto en la Educación Básica como en la Educación Superior.

Palabras-chaves: Ciencias Humanas y Sociales; enseñanza-aprendizaje; Educación Básica; Educación Superior.

Abstract: Humanities and Social Sciences play a central role in the critical and reflective development of students. They provide tools for understanding the world in its historical, cultural, social, economic, and political complexity. Teaching these subjects, however, is a complex task that involves not only content but also connecting it to real life, bringing meaning to facts in the learning process. Today's classroom is marked by a diversity of contexts, the growing presence of technology, such as the use of cell phones, tablets, and laptops, and the constant search for innovative methodologies that transport us into museums and geographical spaces around the world. This text explores the various facets of the didactics of Humanities and Social Sciences, addressing the challenges of teaching them in a meaningful and engaging way, both in Basic Education and Higher Education.

Keyword: Humanities and Social Sciences; Teaching-learning; Basic Education; Higher Education.

¹ Professora do curso de Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - campus São Borja. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga (LECA) da UNIPAMPA. Doutora, Mestra e Bacharela em História pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciada e Especialista em Direitos Humanos e Cidadania pela UNIPAMPA - campus Jaguarão. E-mail: ogawa_milena@hotmail.com.br

INTRODUÇÃO

As Ciências Humanas e Sociais constituem áreas de estudo fundamentais para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade. Essas disciplinas, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, desempenham um papel crucial e um impacto singular ao promover novas compreensões e problematizações sobre o mundo, oferecendo ferramentas para a análise de sua complexidade histórica, cultural, social, econômica e política.

Entretanto, o ensino nessas áreas tem enfrentado desafios contínuos, exigindo constante adaptação às demandas sociais, culturais, geracionais e pedagógicas. Este artigo busca explorar tais questões, analisando as metodologias, o uso de tecnologias, e as dificuldades enfrentadas no processo de aprendizagem. Além disso, discute-se a importância de conectar o saber acadêmico à realidade cotidiana dos estudantes, tornando o aprendizado mais significativo aos educandos.

A reforma do Ensino Médio no Brasil, implementada pela Lei nº 13.415/2017, acarretou uma reestruturação curricular que resultou na redução da carga horária destinada às disciplinas de Ciências Humanas e Sociais. Áreas como História, Geografia, Filosofia e Sociologia, que compõem a Formação Geral Básica (FGB), tiveram seu tempo obrigatório reduzido em favor dos Itinerários Formativos (IF), uma nova estrutura que permite - com controvérsias que serão debatidas ao longo do texto - aos alunos escolherem áreas de aprofundamento conforme seus interesses.

A flexibilidade curricular não garantiu a oferta contínua e obrigatória de conteúdos de Ciências Humanas e Sociais em todas as escolas. Além disso, a reforma tornou facultativa a presença de Filosofia e Sociologia, que anteriormente eram disciplinas obrigatórias durante todo o Ensino Médio, conforme estabelecido pela Lei nº 11.684/2008. Essa flexibilização gerou preocupações entre educadores e pesquisadores, pois reduziu o acesso dos estudantes a uma formação política, crítica, cidadã e ética (FREITAS, 2018, p. 31-32). Robert Segal (2022, p. 4-9) destaca que essa mudança aprofundou as desigualdades entre as redes pública e privada, já que as escolas particulares tendem a oferecer uma maior diversidade de itinerários formativos e opções curriculares, enquanto a rede pública enfrenta dificuldades estruturais e de professores para garantir essa mesma pluralidade.

Embora a carga horária total do Ensino Médio tenha sido ampliada de 2.400 para 3.000 horas, apenas 1.800 horas (60%) são destinadas à FGB.² Isso significa uma redução

² Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio-descontinuado#:~:text=O%20Novo%20Ensino%20M%C3%A9dio%20amplia,das%20matr%C3%ADculas%20em%20tempo%20integral.&text=No%2>

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v10i3.413>

ISSN: 2447-0244

proporcional no tempo dedicado a cada disciplina obrigatória, especialmente nas áreas de Humanas. As 1.200 horas restantes (40%) são reservadas aos itinerários formativos, e, como as escolas não são obrigadas a ofertar itinerários específicos de Ciências Humanas, muitos estudantes podem não ter continuidade no aprendizado de disciplinas como Filosofia e Sociologia.

A reorganização curricular promovida pela reforma do Ensino Médio gerou críticas, especialmente em contextos nos quais se prioriza o foco nos itinerários formativos de Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática ou Ensino Técnico, resultando no enfraquecimento da presença das Ciências Humanas e Sociais na formação integral dos jovens.³ Em resposta a essa pressão, em agosto de 2024, o Brasil sancionou uma nova reforma, que será implementada em 2025, alterando a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB) e revogando parcialmente a Lei nº 13.415/2017. As mudanças significativas incluem a carga horária e a estrutura curricular dessa etapa educacional.⁴

A carga horária mínima total será de 3.000 horas ao longo dos três anos de Ensino Médio, com 200 dias letivos anuais, totalizando 1.000 horas por ano.⁵ A FGB, que abrange disciplinas como Português, Inglês, Artes, Educação Física, Matemática, Ciências da Natureza (Biologia, Física, Química) e Ciências Humanas (Filosofia, Geografia, História, Sociologia), terá um aumento na carga horária mínima, passando de 1.800 para 2.400 horas ao longo dos três anos. Já os I.F. terão uma carga horária mínima de 600 horas, inseridas nas 3.000 horas totais. Para os estudantes que optarem pelos itinerários de Ensino Técnico e profissional, a distribuição das 3.000 horas será ajustada, com uma FGB de, no mínimo, 2.100 horas, permitindo que até 300 horas sejam destinadas ao aprofundamento de componentes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diretamente relacionados à formação técnica. Segundo a proposta, essas modificações visam flexibilizar o currículo, oferecendo maior autonomia aos estudantes na escolha de áreas de interesse e aprofundamento, com a implementação gradual da reforma a partir da primeira série do Ensino Médio em 2025, estendendo-se para as demais séries nos anos subsequentes.⁶

0Novo%20Ensino%20M%C3%A9dio%20a,de%202400%20para%203000%20horas.Acesso em 10 de out. de 2024.

³ Disponível em: <https://www.gepud.com.br/index.html>. Acesso em: 10 out. 2024.

⁴ Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/o-que-muda-no-ensino-medio-a-partir-de-2025?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 out. 2024.

⁵ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1081896-camara-aprova-mudancas-na-reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 10 out. 2024.

⁶ Para crítica Cf. FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos avançados*, v. 32, p. 25-42, 2018.

Uma segunda discussão pertinente — e aqui peço licença para discutir sobre a minha área, a Antiguidade — diz respeito ao debate da possível diminuição da carga horária de História Antiga e Medieval nos currículos da BNCC em 2015. A redução dessas abordagens históricas ainda é uma preocupação recorrente entre educadores e especialistas, que apontam os riscos de uma formação histórica debilitada e sem criticidade. Guilherme Moerbeck (2018), Claudia Bovo (2017) e Ana Coelho e Ygor Belchior (2017) destacam que essa diminuição comprometeria a compreensão crítica e política dos alunos sobre a própria História brasileira. Moerbeck (2018, p. 74) salienta que ao excluir períodos fundamentais como a Antiguidade e a Idade Média, o currículo escolar reduziria a formação dos estudantes, limitando sua capacidade de analisar as estruturas políticas, econômicas, de sensibilidades e alteridades das sociedades. Bovo (2017, p. 274) complementa essa análise, destacando que a redução não apenas prejudica o conhecimento sobre a pluralidade histórica, mas também compromete o entendimento das relações de poder, religião e cultura que formam o mundo contemporâneo. Já Coelho e Belchior (2017, p. 75) ressaltam que essa diminuição das horas dedicadas a essas disciplinas implicaria na reflexão conjectural dos acontecimentos, isto é, dificultaria a formação de uma consciência crítica e contextualizada, fundamental para o desenvolvimento de uma educação integral. Dessa forma, a tentativa de redução da carga horária de História Antiga e Medieval, na BNCC, comprometeria o desenvolvimento de uma visão abrangente da História, prejudicando a formação dos estudantes.

Um denominador comum entre os pesquisadores da área é o reconhecimento do papel fundamental das Ciências Humanas e Sociais na formação da cultura, economia, política e História da sociedade. Ao permitir que os estudantes compreendam as diversas dimensões que estruturam o mundo em que vivem, essas disciplinas são essenciais para o desenvolvimento de uma visão crítica e contextualizada da realidade. A História é uma das ciências centrais que permitem ao ser humano compreender sua existência no tempo, oferecendo os fundamentos necessários para o conhecimento das dinâmicas sociais e culturais que moldam os indivíduos e os coletivos.⁷

⁷ aprender a pensar historicamente ainda depende de um tipo de atividade intelectual vinculada ao ensino da História escolar. Ensinar História na educação básica implica em especificar os procedimentos passíveis para pensar sobre sua epistemologia e reconhecer que todo sujeito da aprendizagem é historicamente constituído e apresenta referências históricas vindos de outras matrizes interpretativas, tais como a tradição familiar, as representações midiáticas e etc. Aprender a pensar historicamente implica num processo construtivo e reconstrutivo do sujeito da aprendizagem. Um processo dinâmico de diálogo das referências adquiridas em muitos espaços de aprendizagem, entre eles a escola básica. Em suma, a aprendizagem histórica promovida na educação básica deveria envolver a confrontação entre os pressupostos vindos da tradição que intencionam orientar o agir humano e a produção de sentidos balizados pela contextualização histórico-científica produzida pela História disciplinar (seja na educação básica, seja no ensino universitário) (BOVO, 2018, p. 273-274).

Assim, as Ciências Humanas e Sociais não apenas contribuem para a formação do conhecimento histórico, mas também para a construção de uma consciência histórica, como propõe Jörn Rüsen (2012), que possibilita aos alunos uma análise das transformações ocorridas ao longo do tempo e das questões que impactam a sociedade contemporânea. Para Rüsen (2012), o estudo da História e das Ciências Humanas oferece não apenas uma compreensão do passado, mas também a capacidade de refletir sobre o presente, proporcionando aos indivíduos uma base para interpretar as dinâmicas sociais, culturais e políticas que influenciam suas vidas. Dessa forma tais Ciências desempenham um papel crucial na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel no mundo.

LECIONAR NAS CIÊNCIAS HUMANAS

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Capítulo II, Artigo 205, estabelece que a educação deve ser dirigida ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu “preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. As Ciências Humanas são fundamentais para esse processo, pois proporcionam aos estudantes uma compreensão crítica da sociedade, suas estruturas e dinâmicas culturais, sociais e históricas.⁸

Uma formação integral exige que as disciplinas dessa área sejam não apenas ensinadas como conteúdos isolados, mas relacionadas às experiências cotidianas deles, para que eles possam refletir sobre suas realidades e transformar o mundo ao seu redor. Essa abordagem permite que os conteúdos de História, Filosofia e Sociologia sejam conectados diretamente com o contexto social dos estudantes, promovendo uma educação mais crítica e cidadã.

Igualmente, a LDB, nº 9.394/1996, em seu Artigo 35-B, § 4º, reforça a necessidade de que o ensino seja voltado ao desenvolvimento de competências e habilidades para a formação plena do estudante, incluindo a capacidade de interpretar e transformar a realidade. Da mesma forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), instituídos pela Portaria MEC nº 1.302, de 4 de setembro de 1997, orientam que as Ciências Humanas sejam ensinadas de forma a possibilitar que os alunos compreendam o papel histórico e social das transformações que

⁸ Aqui cabe destacar que: “Em sua maioria os estudos e os documentos governamentais norteadores colocam a carga do ensino de História a responsabilidade de contextualizar e problematizar a formação da identidade a partir do comprometimento com valores democráticos e com uma sociedade multicultural. Portanto, a ideia de compreender-se enquanto um ser histórico e social, que desnaturaliza sua experiência cultural, política, econômica e social, tornando-se capaz de contextualizá-la individual e coletivamente, faz da história escolar disciplina fundamental na formação desse cidadão. Da ênfase no papel constituidor da história escolar na formação identitária, à investigação sobre as condições específicas de sua aprendizagem passaram a ocupar a reflexão no meio acadêmico, sobretudo na última década. Em contrapartida, nos espaços de orientação das políticas educacionais e no ambiente social geral a preocupação ainda assenta-se sobre os benefícios da manutenção da História enquanto uma disciplina escolar e sua utilidade fim na educação básica” (BOVO, 2018, p. 273).

moldam a sociedade (BRASIL, PCN, 1998, p. 57). Essas diretrizes visam não apenas a aplicação de conteúdos, mas também a formação crítica e a conscientização dos alunos sobre o contexto em que vivem, promovendo uma educação mais reflexiva e transformadora.

A BNCC de 2017, um dos documentos fundamentais que orienta a Educação no Brasil, define as competências e habilidades para o Ensino Básico (da Educação Infantil ao Ensino Médio) e reforça a importância de integrar as Ciências Humanas à realidade dos estudantes. Essa integração entre teoria e prática visa proporcionar aos alunos uma compreensão ampla do contexto em que vivem, contribuindo para o fortalecimento de sua cidadania (LEITE, 2017, p. 28). No entanto, apesar dos aspectos positivos, a BNCC apresenta algumas limitações, especialmente no que se refere às Ciências Humanas. O ensino de História, Filosofia, Geografia e Sociologia deve ser voltado à análise crítica das questões contemporâneas, ligando o conhecimento teórico ao contexto social dos alunos. No entanto, embora a BNCC busque a formação de um estudante crítico e reflexivo, capaz de enfrentar os desafios da sociedade contemporânea, ela também impõe uma centralização do conteúdo que prejudica a contextualização e o aprofundamento das disciplinas conforme as realidades regionais.

De acordo com a BNCC, é fundamental que o discente desenvolva a capacidade de mobilizar o conhecimento adquirido para refletir criticamente sobre sua própria existência e o mundo circundante, com vistas à transformação da realidade e à construção de um protagonismo ativo. Contudo, estabelecer conexões entre os conteúdos acadêmicos e as vivências cotidianas constitui um desafio complexo para docentes e discentes. Tornar o processo de aprendizagem significativo e intelectualmente instigante exige um currículo estruturado para promover competências e habilidades voltadas à análise crítica e à reflexão aprofundada. Entretanto, embora a BNCC enfatize a formação crítica e reflexiva dos estudantes nas Ciências Humanas, a carga horária destinada à área revela-se inversamente proporcional às demandas pedagógicas estabelecidas, comprometendo os objetivos propostos.

Outro aspecto relevante da BNCC é a ênfase na importância das competências socioemocionais e o desenvolvimento de habilidades voltadas para a cidadania. A BNCC sustenta que os conteúdos de Ciências Humanas não devem permanecer em um plano abstrato, mas devem ser articulados com situações concretas e problemáticas que perpassam o cotidiano dos jovens na atualidade. Essa perspectiva visa promover um maior engajamento dos estudantes, preparando-os para uma atuação crítica e transformadora na sociedade. Nesse contexto, torna-se essencial estimular os discentes a estabelecer conexões com as questões

sociais contemporâneas, ampliando sua compreensão da realidade e fortalecendo seu protagonismo na construção de mudanças significativas.

É necessário debater a importância da compreensão dos períodos históricos, não apenas como temas distantes do passado, mas como elementos fundamentais que ainda constituem a nossa história e identidade. Norberto Guarinello (2013) enfatiza que a História deve ser entendida como parte do presente, uma vez que as estruturas sociais, políticas e culturais originadas no passado continuam a influenciar as dinâmicas da sociedade contemporânea. Guarinello (2013) argumenta que o estudo da Antiguidade - e da História como um todo - não deve ser visto como um conhecimento isolado ou irrelevante, mas sim como uma chave para entender a sociedade atual, a construção de seus valores e assim refletir sobre eles. Nesse sentido, as Ciências Humanas tornam-se ferramentas que nos ajudam a refletir sobre as questões sociais, políticas e culturais que continuam a moldar o mundo em que vivemos. Portanto, ao conectar os conteúdos com a realidade dos alunos, os educadores têm a oportunidade de transformar essas disciplinas em parte significativa de suas vidas, e não em meras obrigações para aprovação escolar.

SALA DE AULA E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

As Tecnologias Digitais (TD) no contexto educacional brasileiro começaram a ser introduzidas nos anos 1990, com a chegada dos primeiros computadores às escolas públicas e privadas. No entanto, a desigualdade no acesso a essas TD entre as redes de ensino público e privado se tornou um grande desafio, evidenciando uma disparidade significativa no acesso às ferramentas tecnológicas (DA SILVA; DE MACEDO RIBEIRO; SANTOS, 2024). No ensino privado, o acesso a computadores e à internet foi mais rápido e abrangente, o que favoreceu uma utilização mais eficaz das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem. No ensino público, a adoção das TICs foi mais lenta e desigual, sendo comprometida pela carência de recursos materiais, humanos e pedagógicos (MORAN, 2000).

Em 2024, o Ministério da Educação (MEC) intensificou os esforços para ampliar o uso das TICs nas escolas brasileiras, reconhecendo sua importância para a modernização do ensino e a redução das desigualdades educacionais.⁹ No entanto, persistem desafios, especialmente relacionados à qualidade da infraestrutura tecnológica. Embora 89% das escolas públicas

⁹ A pesquisa conduzida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), revelou que 89% das escolas públicas estaduais e municipais estão conectadas à internet, com 62% delas oferecendo acesso à internet para uso pedagógico dos alunos. Disponível em: https://www.cgi.br/noticia/releases/levantamento-sobre-qualidade-da-internet-em-escolas-publicas-aponta-desafios-para-atingir-nova-meta-de-conectividade-do-mec/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 out. 2024.

tenham acesso à internet, apenas 62% dispõem de conexão adequada para atividades pedagógicas, o que evidencia a necessidade de investimentos contínuos em infraestrutura para garantir conectividade de qualidade (MILLAN; MARIN; GARCÍA-HERNÁNDEZ; SANTOS; KUESTER NETO, 2024).

O uso de tecnologias digitais nas escolas tem se mostrado uma ferramenta essencial para promover o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo novas formas de interatividade e conexão entre os conteúdos e o mundo real. Além disso, o uso dessas tecnologias tem respaldo nas diretrizes educacionais, como a Lei nº 13.415/2017, que introduziu mudanças no Ensino Médio e enfatizou a importância de integrar tecnologias como aliadas no processo de aprendizagem. Essa lei reforça a necessidade de modernizar o currículo e incorporar ferramentas digitais como elementos centrais para o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.¹⁰

Ferramentas digitais como o *Google Earth* e o *Google Maps* são fundamentais no ensino de História e Geografia, permitindo uma compreensão mais diversificada e interativa dos conceitos espaciais. Esses recursos possibilitam, por exemplo, a visualização de fenômenos geográficos em uma escala global e o desenvolvimento da compreensão sobre o espaço, a localização e o território, instigando os alunos a explorar novos locais. As visitas virtuais a museus também se configuram como uma alternativa pedagógica poderosa, permitindo que alunos de diferentes realidades acessem documentos e exposições que antes eram limitados pela localização física da escola ou recursos financeiros. Essas tecnologias permitem, ainda, a adaptação do conteúdo ao contexto local dos estudantes, tornando o ensino mais personalizado e significativo.

A BNCC também reconhece a importância de integrar as TICs no currículo escolar, incentivando o uso dessas ferramentas para promover uma aprendizagem mais significativa e conectada à realidade dos alunos. As TICs não apenas ampliam o acesso à informação, mas também promovem o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI, como criatividade, resolução de problemas e colaboração. A adoção dessas práticas está alinhada com as diretrizes da educação nacional, que visam garantir uma formação integral dos estudantes,

¹⁰ O MEC tem implementado programas como o “Educação Conectada”, que visa ampliar o acesso à internet de alta qualidade nas escolas públicas, e o “Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)”, que fornece equipamentos e capacitação para docentes. Essas iniciativas buscam reduzir as desigualdades no uso das TICs entre as redes pública e privada de ensino, promovendo uma educação mais equitativa e alinhada às demandas do século XXI. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/mec-atua-para-garantir-acesso-a-internet-nas-escolas?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 10 out. 2024.

preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo e transformando a aprendizagem em uma experiência mais conectada e relevante.

Como docente, observo dois aspectos predominantes no uso de celulares e *tablets* em sala de aula. Embora esses dispositivos estejam imersos em um debate polêmico, que oscila entre avanços e retrocessos, eles permanecem como instrumentos secundários no contexto das aulas expositivas, uma vez que o professor continua a ser o principal mediador do conhecimento na maior parte do processo pedagógico. Quando inseridos de forma planejada e estratégica, esses dispositivos podem se revelar ferramentas singulares na integração do conteúdo, possibilitando aos alunos a consulta a sites especializados, a interação em tempo real, o desenvolvimento de habilidades criativas e a aquisição de maior autonomia na busca e avaliação de informações, além de aprenderem a distinguir fontes confiáveis. No entanto, o uso desses recursos também apresenta desafios, como as constantes distrações provenientes de mensagens instantâneas e redes sociais, que frequentemente comprometem a atenção dos estudantes durante as atividades, prejudicando a concentração e o engajamento com o conteúdo. Além disso, outro fator negativo que emerge é o aumento do plágio, uma vez que eles muitas vezes se valem de fontes digitais sem a devida análise crítica, limitando-se a reproduzir informações sem reflexões profundas, o que prejudica a construção do conhecimento.

DESAFIOS

Ensinar é uma prática que envolve uma série de desafios complexos, que vão muito além da simples explicação de conteúdos. Primeiramente, há a questão da diversidade presente nas turmas, que se reflete na multiplicidade de experiências, vivências e interesses que cada estudante traz consigo. Essa diversidade torna o processo de ensino mais desafiador, pois os professores constantemente adaptam suas abordagens pedagógicas para atender a uma gama ampla de necessidades e ritmos de aprendizagem. Outro desafio significativo é a visão superficial ou até distorcida que muitos alunos possuem sobre temas sensíveis.¹¹ Frequentemente influenciados por fatores como a falta de leitura crítica ou pela predominância de narrativas simplificadas, muitas vezes provenientes de meios de comunicação ou de interpretações populares da História e das Ciências Sociais, os estudantes acabam resistindo a novas abordagens, mesmo quando são apresentados a documentos e fontes. Esse cenário exige

¹¹ Cf. MOERBECK; SANTOS, 2023. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/970/490>. Acesso em: 20 set. 2024.

que o educador se torne um facilitador da reflexão crítica e da (re)construção do saber, desafiando preconceitos e ampliando o horizonte de entendimento dos alunos.

Esses fatores contribuem para a formação de concepções errôneas ou parciais sobre questões essenciais. Por fim, há a falta de valorização do ensino no que diz respeito à remuneração dos profissionais da educação. A disparidade entre a importância do trabalho docente e as condições oferecidas, em termos salariais e de reconhecimento, continua a ser um obstáculo significativo para o desenvolvimento de uma educação de qualidade no país, o que impacta diretamente a motivação e a eficácia dos educadores.

Mesmo com todas as dificuldades elencadas, uma das abordagens mais eficazes nesse contexto educacional é a utilização de metodologias ativas, que colocam o aluno como protagonista no processo de aprendizagem. Entre elas destacam-se práticas como a aprendizagem com projetos, debates, seminários, discussões em grupo de estudos e outras atividades interativas, que incentivam a participação dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento. A aprendizagem baseada em projetos, por exemplo, permite que os alunos desenvolvam pesquisas sobre temas específicos, conectando os conteúdos da disciplina à sua realidade. No caso do ensino de História e Geografia, isso possibilita a análise de questões locais ou atuais sob uma perspectiva histórica e social, oferecendo uma abordagem mais próxima e significativa para eles.

O uso de tecnologias digitais, como vídeos, *podcasts*, jogos e plataformas digitais, também contribui para a construção dessa experiência de aprendizagem. Essas ferramentas tornam os conteúdos mais acessíveis e atraentes, ampliando as formas de interação dos alunos com o conhecimento e possibilitando maior dinamismo e autonomia. Outra estratégia pedagógica importante é a utilização de recursos multimídia, como filmes, documentários, obras literárias e música, que os próprios alunos podem procurar e trazer para a aula, criando um modelo de aula invertida. A partir dos dados coletados por eles, o conhecimento é construído em conjunto. Esses recursos permitem que os alunos se conectem emocionalmente com os temas, facilitando a compreensão de conceitos complexos e ajudando-os a visualizar as realidades e os contextos históricos discutidos em sala de aula.

Além disso, o ensino de Ciências Humanas e Sociais deve incorporar abordagens decoloniais, que questionam as narrativas eurocêntricas predominantes e buscam dar visibilidade a outras culturas e experiências. A inclusão de autores e pensadores não ocidentais, mulheres e outras figuras do pensamento anticolonial oferecem aos alunos uma visão mais plural e inclusiva do mundo. Essa abordagem amplia o horizonte de compreensão dos

estudantes, permitindo-lhes refletir sobre temas como poder, identidade, colonialismo e resistência de forma mais crítica e globalizada. Ao integrar essas perspectivas no currículo, a educação não só desafia as narrativas estabelecidas, mas também promove uma educação representativa.

Portanto, o ensino das Ciências Humanas e Sociais é fundamental para a formação de cidadãos críticos, conscientes e ativos na sociedade. No entanto, a didática dessas disciplinas enfrenta desafios significativos, que vão desde a diversidade de realidades dos alunos até a falta de valorização dessas áreas no currículo escolar. A utilização de metodologias ativas, recursos multimídia e abordagens decoloniais, entre outras estratégias, pode contribuir para a aprendizagem e promover uma compreensão mais profunda e crítica dos temas abordados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 de set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 10 de set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111684.htm. Acesso em: 10 de set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)**. Portaria MEC nº 1.302, de 4 de setembro de 1997. Brasília: Diário Oficial da União, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 de set. 2024.

BOVO, Cláudia Regina. Por que Idade Média? Dos motivos de se ensinar História Medieval no Brasil. In.: FAUAZ, Armando. **La Edad Media en Perspectiva Latino Americana**. Heredia: Editora Universidad Nacional da Costa Rica, p. 268-290, 2018.

COELHO, Ana Lucia Santos; BELCHIOR, Ygor Klain. BNCC e a História Antiga: Uma possível compreensão do presente pelo passado e do passado pelo presente. *Mare Nostrum*, v. 8, n. 8, p. 62-78, 2017.

FREITAS, L. C. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 85-100, 2018.

GUARINELLO, Norberto L.. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

LEITE, Priscilla Gontijo. Ensino de História, Reformas do Ensino e Percepções da Antiguidade: apontamentos a partir da atual conjuntura brasileira. *Mare Nostrum*, v. 8, n. 8, p. 13-29, 2017.

MILLAN, Cristiane Honora; MARIN, Gabriela Lima; GARCÍA-HERNÁNDEZ, Solimary; SANTOS, Calebe O. F. A.; KUESTER NETO, Paulo. **Panorama da Qualidade da Internet nas Escolas Públicas Brasileiras**. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, 2024.

MOERBECK, Guilherme Gomes. Em defesa do ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial:(In defense of the teaching of ancient history in contemporary schools: Common National Curriculum Base, uses of the past and decolonial pedagogy). *Brathair-Revista de estudos celtas e germânicos*, v. 21, n. 1, 2021.

MORAN, Miguel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2000.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: WA editores, p. 113-128, 2012.

SEGAL, Robert Lee. “Novo Ensino Médio” como persistência das desigualdades Educacionais?. *Educação em Foco*, v. 27, n. 1, p. 27018-27018, 2022.

DA SILVA, Vergas Vitória Andrade; DE MACEDO RIBEIRO, Gustavo César; SANTOS, Erick Henrique Lima. Divisão digital e desigualdades educacionais nas redes pública e privada: uma investigação com dados do Exame Nacional do Ensino Médio no estado do Pará. *Educação*, p. e125/1-23, 2024.